

Políticas Públicas: O Turismo no Brasil Através da Análise do Novo Institucionalismo

Patrícia Fino¹

Zilda Maria Matheus²

Resumo

O artigo em questão discorre sobre o histórico das instituições políticas do setor turístico brasileiro desde a década de 30 até os dias atuais e seus conseqüentes reflexos no desenvolvimento desta atividade. Para esta análise foi adotado o conceito Novo Institucionalismo, no âmbito da corrente institucionalista histórica, com corte analítico nas políticas públicas setoriais. O Novo Institucionalismo é uma teoria de pesquisa que objetiva estudar as instituições e suas implicações para a sociedade, podendo ser considerada uma das abordagens teóricas mais influentes na ciência política contemporânea, em especial nos estudos sobre políticas públicas. A partir da análise de dados secundários foi realizada uma releitura do Novo Institucionalismo aplicado ao turismo. O objetivo do presente trabalho é apresentar a evolução histórica das instituições políticas do setor turístico brasileiro e seus conseqüentes reflexos no desenvolvimento desta atividade, auxiliando na compreensão do turismo hoje. Durante o desenvolvimento da pesquisa foram identificados dois períodos distintos (pré e pós 1990), sendo constatado que os impactos negativos das decisões políticas adotadas até a década de 90 refletem ainda nos dias atuais. Os resultados obtidos permitem concluir que no setor turístico, como nos demais setores já estudados, ações passadas produzem reflexos diretos no presente e futuro.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas. Novo Institucionalismo.

1. Introdução

Administração pública é uma expressão genérica, que indica o conjunto de atividades envolvidas no estabelecimento e implementação de políticas públicas, compreendida, pela maioria dos acadêmicos, como parte da política que se concentra nas relações burocráticas entre os poderes executivos, legislativo e judiciário do governo. Preocupa-se com as

¹ Coordenadora e professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da Faculdade Carlos Drummond de Andrade e membro do Grupo de Pesquisa/CNPq “Inovação e Qualidade em Turismo e Hospitalidade”. E-mail: prof.patriciafino@hotmail.com.

² Membro do Grupo de Pesquisa/CNPq “Inovação e Qualidade em Turismo e Hospitalidade”. E-mail: matheuzm@uol.com.br.

questões como equidade, representação justa, eficiência do governo e controle da discricionariedade administrativa que é o critério na aplicação dos recursos (MATHEUS, 2003).

Políticas públicas também é uma forma de gerenciamento de interesses diversos, em torno de um objetivo. (SOLHA, 2004). Um conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade (...) são linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum (DIAS, 2003).

A preocupação com a análise das políticas públicas se deu no início da década de 60 nos Estados Unidos, e teve origem nas dificuldades enfrentadas pelos formuladores de política frente à complexidade cada vez maior dos problemas com que se deparavam, bem como no envolvimento de pesquisadores acadêmicos das ciências sociais (ciência política, economia, sociologia) que passaram cada vez mais a trabalhar com questões voltadas às políticas públicas.

Segundo FREY (2000), no Brasil, estudos sobre política foram realizados só recentemente, enfocando em sua maioria das vezes, nas estruturas e instituições, e nas caracterizações dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. Ainda segundo o autor, os programas foram examinados com respeito a seus efeitos e que esses estudos foram de natureza descritiva com graus de complexidade analítica e metodológica bastante distinta.

A análise de política engloba um grande espectro de atividade, todas elas envolvidas de uma maneira ou de outra com exame das causas e conseqüências da ação governamental (GAPI, 2002).

O artigo em questão discorre sobre o histórico das instituições políticas do setor turístico brasileiro desde a década de 30 até os dias atuais, estabelecendo considerações entre os fenômenos que ocorrem nas instituições públicas a partir das mudanças, contradições, relações, mediações e intervenções, bem como dos desdobramentos evidenciados através da correspondência entre as estruturas e seus conseqüentes reflexos no desenvolvimento desta atividade.

Para esta análise foi adotada a abordagem do Novo Institucionalismo, com corte analítico nas políticas públicas setoriais. No âmbito da corrente institucionalista histórica, procura-se entender como as ações do passado influenciam em situações presentes e futuras.

2. Viés Teórico: O Novo Institucionalismo e a importância da explicação histórica das instituições

O Novo Institucionalismo é uma teoria de pesquisa que objetiva estudar as instituições e suas implicações para a sociedade. Podendo ser considerada “uma das abordagens teóricas mais influentes na ciência política contemporânea, em especial nos estudos sobre **políticas públicas**. O pressuposto básico dessa linha teórica é a idéia de que as instituições afetam o comportamento de atores sociais” (ANDREWS, 2005 – grifo das autoras).

A abordagem institucional tem sido o esteio teórico de diferentes esforços de explicação de fenômenos organizacionais, sendo que o conceito de entorno ou de campo organizacional se faz importante para a análise institucional (DIMAGGIO, 1991). Vários autores no Brasil, como Carvalho e Silva (2001) e Leão Jr e outros (2001), buscaram aprofundar e validar a discussão sobre a possibilidade de uma relação profícua entre a perspectiva institucional e a abordagem do poder nas organizações.

De maneira geral, “as investigações institucionalistas adotam uma orientação positivista, uma vez que procuram descrever e explicar a gênese de políticas públicas sem, no entanto, sugerir procedimentos visando a superar os efeitos negativos decorrentes do arranjo institucional estudado” (ANDREWS, 2005).

Na concepção de Hall & Taylor (1996) e de Scott (1995), o institucionalismo não é um corpo de conhecimento único, ao contrário, é composto por três diferentes perspectivas de análise: o institucionalismo da escolha racional, o institucionalismo sociológico e o institucionalismo histórico.

Neste artigo optou-se por seguir a corrente do Institucionalismo Histórico, considerando que antigas ações institucionais refletem na situação atual, esta abordagem será um importante referencial teórico para se compreender o turismo brasileiro hoje.

Vários autores também salientam a importância da análise histórica para se examinar a formação e a estruturação de uma organização ou campo organizacional (LEMERTZ, 2001; GALVIN, SZYLIOVICZ & HUDSON, 2001).

Diante do viés teórico brevemente exposto acima, a teoria adotada foi o Novo Institucionalismo com enfoque na corrente Institucionalista História, onde, a partir da

análise dos dados secundários nos propomos a analisar o histórico das instituições públicas de turismo no Brasil para que seja possível compreender o setor turístico atualmente.

O levantamento histórico das instituições, exposto nos próximos itens, não tem por finalidade (apesar de fazê-lo) a descrição do funcionamento das instituições ou das atividades operacionais, mas sim, servir de subsídios para a proposta deste artigo que consiste em estabelecer considerações entre os fenômenos que ocorreram nas organizações a partir das políticas adotadas e a herança deixada por estas ações.

3. Análise Histórica das Instituições Políticas do Setor Turístico no Brasil

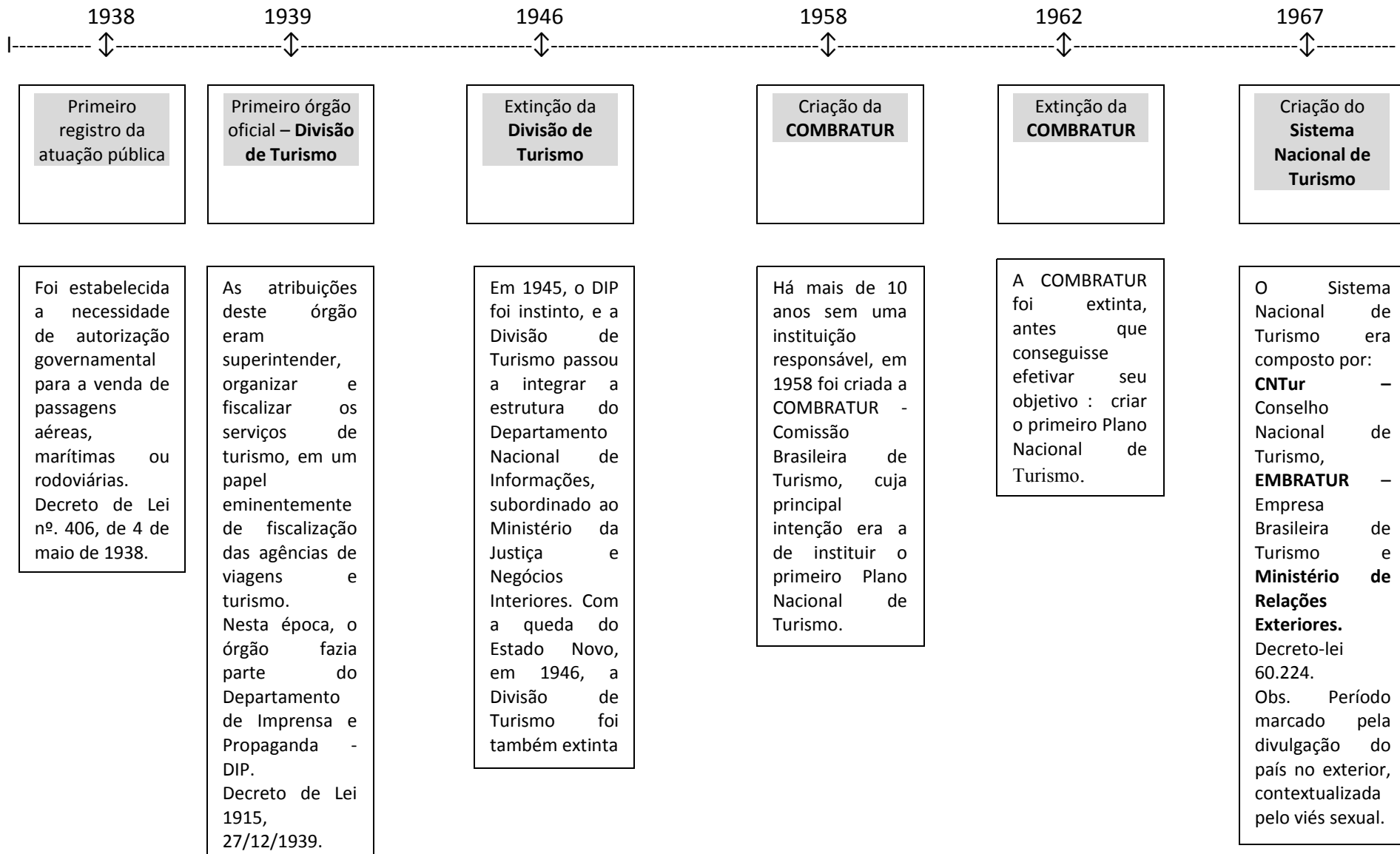
3.1. Caminhando entre pedras – 1930 até 1990

As primeiras políticas públicas relacionadas ao turismo estiveram preocupadas apenas com a regulamentação de algumas partes deste setor, basicamente sobre a venda de passagens e o funcionamento das agências de viagens e turismo, não compreendendo sua complexa totalidade, sem realizar, desta forma, ações efetivas de desenvolvimento.

No Brasil, o primeiro registro da atuação pública na área do Turismo, em âmbito federal, data da década de 30. Na ocasião, por meio do Decreto de Lei nº. 406, de 4 de maio de 1938 foi estabelecida a necessidade de autorização governamental para a venda de passagens aéreas, marítimas ou rodoviárias (DIAS *apud* FERRAZ, 2003).

O primeiro órgão oficial de turismo foi a Divisão de Turismo, criada em 1939, com as atribuições de “superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo, num papel eminentemente de fiscalização das agências de viagens e turismo” (Decreto de Lei 1915, 27/12/1939). Na ocasião, este órgão fazia parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

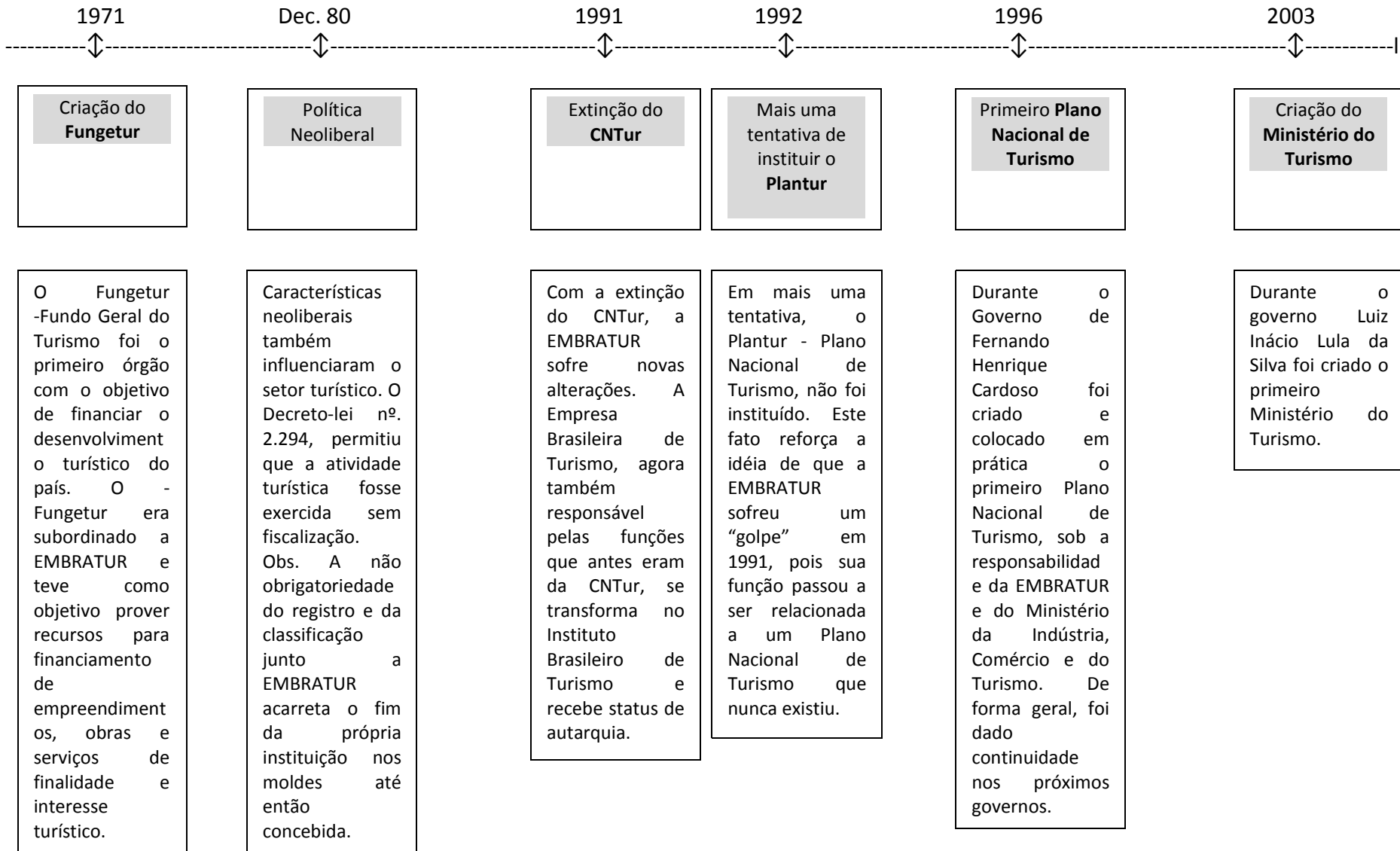
Linha Histórica das Instituições Públicas Brasileiras de Turismo



VII SEMINÁRIO 2010 ANPTUR

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP



Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

Em 1945, pouco antes da queda do Estado Novo, o DIP foi instinto, e a Divisão de Turismo passou a integrar a estrutura do Departamento Nacional de Informações, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com a queda do Estado Novo, em 1946, a Divisão de Turismo foi também extinta (DIAS, 2003).

Após tantos anos sem uma instituição responsável, em 1958 foi criada a COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo, cuja principal intenção era a de instituir o primeiro Plano Nacional de Turismo, por meio da elaboração de suas primeiras diretrizes.

Em 1962 a COMBRATUR foi extinta, antes que conseguisse efetivar uma Política Nacional de Turismo.

Paralelamente a isto, em 1961, o Ministério da Indústria e Comércio foi reformulado e passou a fazer parte deste ministério a Divisão de Turismo e Certames. Este órgão tinha como propósito executar as diretrizes traçadas pela Política Nacional de Turismo (CRUZ, 2001). Porém este objetivo nunca iria se concretizar, uma vez que a COMBRATUR não criou uma Política Nacional de Turismo.

Mesmo na ausência de um Plano Nacional de Turismo, a Divisão de Turismo e Certames desenvolveu algumas ações como, por exemplo, a promoção e divulgação do país, tanto interna como externamente (SOLHA *apud* DIAS, 1991).

Apenas em 1966, enquanto o mundo vivia o período conhecido como “Boom Turístico” - ocasião em que o fluxo turístico aumentou ao ponto de massificar a atividade, é que o governo brasileiro passa a valorizar a atividade visando os benefícios econômicos.

Neste ano foi elaborada uma Política Nacional de Turismo e criaram-se organismos públicos para sua coordenação e execução. Sendo assim, em 1967, pelo Decreto-lei 60.224 foi criado o Sistema Nacional de Turismo que era constituído pelo CNTur - Conselho Nacional de Turismo, pela EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo e o Ministério de relações Exteriores (CRUZ, 2001, p.51).

As funções foram assim divididas:

Ao Conselho Nacional de Turismo – CNTur coube, entre outras atribuições, formular as diretrizes a serem obedecidas na política nacional de turismo (Decreto-lei nº. 60.224/67, art. 6º);

À EMBRATUR caberia, por sua vez, estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim,

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembí Morumbi – UAM/ São Paulo/SP
aqueles que digam respeito ao seu funcionamento (Decreto-lei nº. 60.224/67, art. 20º);

O Ministério das Relações Exteriores, outro vértice do triângulo que compunha o Sistema Nacional de Turismo, tinha como atribuição a divulgação do turismo nacional no exterior, por meio de suas tarefas diplomáticas (Decreto-lei nº. 60.224/67, art. 7º) (CRUZ, 2001).

Conforme exposto, a EMBRATUR era subordinada a CNTur. A CNTur, por sua vez, era formada por representantes do governo, da própria EMBRATUR e do *trade*, especificamente das agências de viagens, dos meios de hospedagem e transporte (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006).

Apesar desta participação do *trade* no CNTur, o governo deteve o controle sobre o desenvolvimento do turismo até o final da ditadura militar.

Este período foi marcado pela divulgação da imagem do país no exterior, contextualizada pela liberdade sexual (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006). Nestas divulgações eram transmitidas imagens sensuais da mulher brasileira, em locais paradisíacos com conotações sexuais.

Em 1969, a CNTur faz indicações para a elaboração do que seria o primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur).

Em 1971, é criado o primeiro fundo com o objetivo de financiar o desenvolvimento turístico do país. O Fundo Geral do Turismo - Fungetur é subordinado a EMBRATUR e tem como objetivo prover recursos para financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade e interesse turístico.

Em 1977 uma Lei Federal (6.513/77) revela o despertar do poder público para a importância das áreas naturais e especiais para o desenvolvimento da atividade turística.

Se, durante as últimas décadas, o governo detinha o controle da atividade turística, na década de 80, o turismo brasileiro sofre mudanças radicais em sua estrutura.

Uma destas mudanças, regidas pela política neoliberal, é o Decreto-lei nº. 2.294, de 21 de novembro de 1986: ele permite que a atividade turística seja exercida sem a necessidade de fiscalização de órgãos públicos. “São livres, no país, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para a edificação de hotéis” (DIAS, 2003).

Estas mudanças causaram “abertura desordenada de agências de viagens, advindo dificuldades ao setor (...)” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006).

A não obrigatoriedade do registro e da classificação junto a EMBRATUR acarreta “o fim da própria instituição nos moldes até então concebida” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006).

3.2. O Caminho da Consolidação - Pós 1990

Segundo SOLHA, foi apenas a partir de 1990 que as políticas públicas de turismo tomaram consistência e tiveram alguma continuidade (SOLHA, 2004).

Lima também afirma benefícios a partir da década de 90:

Como se pode constatar, apesar de ter existido desde década de 1960, o estabelecimento do conceito de Política Nacional de Turismo – como o conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional – só passa a ser realidade no país na década de 1990, quando a atividade passa a ser considerada como uma estratégia de inserção do país no mundo globalizado (LIMA, 2006).

Dentre os principais pontos desta afirmação estão a continuidade dos Planos Nacionais de Turismo e a criação do Ministério do Turismo.

Porém, antes desta “consolidação” das políticas públicas de turismo citada por Solha, a década de 90 ainda assistiu a alguns problemas no âmbito institucional.

Em 1991, com a extinção do CNTur, a EMBRATUR sofre novas alterações. A Empresa Brasileira de Turismo, agora também responsável pelas funções que antes eram da CNTur, se transforma no Instituto Brasileiro de Turismo, recebe status de autarquia e fica vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Sua função passa a ser a de formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Turismo (DIAS, 2003). Em 1992, a EMBRATUR passa a responder ao Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo.

Em 1992 é retomado o projeto de 1969 de instituir um Plano Nacional de Turismo – PLANTUR. Este era um plano detalhado de ações que deveriam ser desenvolvidas pelo governo federal em prol da consolidação da atividade turística.

Porém, mais uma vez, o Plano Nacional de Turismo não sai do papel por causa da deposição do presidente da república. Este fato reforça a idéia de que a EMBRATUR sofreu um “golpe” em 1991, pois sua função passou a ser relacionada a um Plano Nacional de Turismo que nunca existiu. Além disto, esta alteração implicou em uma “reformulação

quase que total no corpo técnico do órgão, já que os funcionários (em fim) de carreira, em sua grande maioria, preferiram ser transferidos para outros órgãos federais, com cede no Rio de Janeiro, evitando assim a mudança para a Capital Federal” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006).

Enfim, em 1996, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso é criado e colocado em prática o primeiro Plano Nacional de Turismo sob a responsabilidade da EMBRATUR e do Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo.

De acordo com o governo, a Política Nacional de Turismo sustentava-se em cinco macroestratégias: a implantação de infra-estrutura básica e turística; a capacitação de recursos humanos para o setor; a modernização da legislação; a descentralização da gestão do turismo; e a promoção do turismo no Brasil e no Exterior (DIAS, 2003).

As principais características deste Plano Nacional eram

a descentralização das ações, a valorização dos recursos naturais e culturais e, a necessidade de sensibilizar o setor para ver o país não apenas como um lugar de recursos privilegiados, mas conseguir efetivamente transformar estes recursos em produto turístico, a fim de tornar-se competitivo nos mercados nacionais e internacionais (SOLHA, 2004).

Assim, “Com 24 programas nacionais para o setor turístico, o governo Fernando Henrique Cardoso implantou o ‘Avança Brasil’(...)” (SILVEIRA; PAIXÃO; COBOS, 2006). Dentre os principais programas pode-se citar: o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur); o Programa Nacional de Ecoturismo; o Programa de Formação Profissional no Setor Turístico; o Plano Anual de Publicidade e Promoção e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (DIAS, 2003). Este último teve início na gestão de Itamar Franco.

Foi dada continuidade a todos os programas durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (SOLHA, 2004).

O Ministério do Esporte e Turismo foi criado em dezembro de 1998 e, durante sua existência de pouco mais de quatro anos, teve sua estrutura alterada por duas vezes.

A primeira, em 05 de outubro de 2000, através do Decreto n.º 3.623 quando foram criados os Departamentos de Captação de Recursos e de Programas e Políticas de Esporte e Turismo e segunda, através da Medida Provisória n.º 2.049- 24, de 26 de outubro de 2000, e Decreto n.º 3.679, de 1º de dezembro de 2000, quando foram extintos o Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP e o Departamento de Programas e Políticas de Esporte e Turismo e criada a Secretaria Nacional de Esportes (Ministério do Esporte e Turismo, 2000).

Em 01 de janeiro de 2003, com a posse do novo Presidente da República, foi criado o Ministério do Turismo (MTur). Sua criação foi saudada por todas as organizações ligadas ao setor. De acordo com a medida provisória, foram definidas as seguintes atribuições ao novo ministério: política nacional de desenvolvimento do turismo; promoção e divulgação do turismo nacional; estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo (DIAS, 2003).

Em Abril de 2003 foi divulgado o Plano Nacional de Turismo (2003/2007), constituído por sete macroprogramas, sendo eles: Gestão de Relações Institucionais; Fomento; Infra-estrutura; Estruturação e Diversificação da Oferta Turística; Qualidade do Produto Turístico; Promoção e Apoio a Comercialização e Informações Turísticas.

De certa forma, este plano nacional oferece continuidade aos planos anteriores, só que de forma mais lapidada (SOLHA, 2004). Para Zuanazzi, representante do governo:

(...) vários deles (programas de turismo) estão sendo reformulados para atender as novas estratégias como, por exemplo, o PRODETUR, que agora vai alcançar a região sudeste, Goiás e o Distrito Federal. O programa Clube da Melhor Idade deverá ser mais estimulado através de parcerias mais intensas com o setor privado na operação dos serviços, principalmente na questão da promoção. O PNMT já está passando por uma revisão e fará parte do Programa de Regionalização com a criação dos roteiros integrados (SOLHA, 2004).

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, criado durante o governo Fernando Henrique Cardoso é um retrato da fase de descentralização da gestão. Nele é incentivada as ações municipais, valorizando as especificidades locais e regionais dos municípios. Estas especificidades também são consideradas no Programa de Regionalização do Turismo do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

No segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Plano Nacional de Turismo (2007-2010) permaneceu oferecendo continuidade aos planos anteriores. Os macroprogramas que, apesar de algumas alterações (algumas só no nome), constituem basicamente a mesma consistência. Sendo eles: Planejamento e Gestão; Informação e Estudos Turísticos; Logística de Transportes; Regionalização do Turismo; Fomento à Iniciativa Privada; Infra-estrutura Pública; Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos e Promoção e Apoio à Comercialização

Diante deste breve levantamento histórico, é possível constatar descontinuidade das ações institucionais do setor, desde sua origem até os últimos anos da década de 90. Bem como, verificar que, desde esta década, as políticas públicas estão caminhando para obter consistência e continuidade nas instituições e nas ações institucionais. Porém, o passado histórico destas instituições, bem como suas ações (ou falta delas), ainda refletem na atividade turística brasileira.

4. Considerações Finais: Os Reflexos Institucionais Históricos na Atividade Turística Brasileiro

A partir desta análise histórica institucional do setor turístico no Brasil, pode-se fazer a leitura de que o setor era tratado com certo descaso e relegado a um segundo plano. Esta realidade pode ser observada desde as primeiras iniciativas que datam da década de 30 até meados de 1990.

Para ilustrar esta situação pode-se citar o primeiro órgão público de turismo brasileiro. A Divisão de Turismo que, durante sua existência, foi alterada duas vezes de órgão a qual era subordinada e também de ministérios. Aproximadamente 12 anos após sua extinção, foi criada a COMBRATUR que teve duração de apenas 4 anos, não conseguindo efetivar seu principal objetivo que era o de efetivar uma Política Nacional de Turismo.

Esta descontinuidade pode ser constatada, observando-se a “vida” das instituições públicas do setor.

Outro exemplo é a indefinição sobre qual dos ministérios cabe a questão do turismo. Desde 1930, o turismo já foi relegado a seis ministérios diferentes.

Com a criação e efetivação do primeiro Plano Nacional de Turismo (1996) o Brasil assiste a uma nova era para o setor. Uma era de continuidade das propostas e de órgãos públicos mais estruturados. Porém, apesar destes novos esforços, o turismo no Brasil ainda está colhendo os frutos do passado. Conforme citado anteriormente, o setor turístico depende das ações públicas para alcançar os objetivos direcionados ao bem comum

O principal exemplo disto é que, apesar de todo seu potencial turístico, o Brasil permanece com números incipientes de turismo receptivo internacional. Quando analisados os destinos internacionais, é constatado que países com as mesmas características negativas do Brasil (economias em desenvolvimento, países do sul, violência) ou mesmo com

potenciais turísticos menos relevantes que os brasileiros aparecem na frente do Brasil como destinos mundiais.

Este fato também pode ser constatado ao pensarmos a imagem do Brasil no exterior. A divulgação do país sempre esteve presente como uma das funções da maioria dos órgãos públicos ligados ao setor, porém a imagem do país permanece, até os dias atuais, relacionada ao turismo sexual.

Os órgãos públicos, através de todas as suas formas de atuação (Coordenação, Planejamento, Legislação e Regulamentação, Empreendimentos, Incentivo, Atuação Social, Promoção do Turismo), teriam condições de ter promovido o desenvolvimento do turismo com bases sólidas, o que certamente estaria refletindo em benefícios para a atividade nos dias atuais.

O desenvolvimento deste artigo permite concluir que no setor turístico, como nos demais setores estudados, as ações institucionais passadas produzem reflexos diretos no presente.

5. Bibliografia

ANDREWS, Christina W. Implicações Teóricas do Novo Institucionalismo: Uma Abordagem Habermasiana. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005, pp. 271 a 299.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo**: Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2004.

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr (org). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, p. 79 – 86, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIMAGGIO, Paul. The new institutionalism in organizational analysis. London: University of Chicago Press. 1991.

Comparados. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ant%F4nio%20S%E9rgio%20Ara%FAjo%20Fernandes.pdf> acesso em 10/04/2009

FONSECA, Paula Moreti. Turismo e Desenvolvimento no Estado de São Paulo: A Atuação do Poder Público. 2006. Dissertação de Mestrado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e Reflexões referentes à pratica da análise de políticass públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas v.1 –n. 1 jun. 1089. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000-v. semestral.

GAPI - Grupo de Análise de Políticas de Inovação da Unicamp. Metodologia de Análise de Políticas Públicas. 2002. Disponível em: <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm#a2> acesso em 25/06/2010

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R.Brent; McINTOSH, Robert W. **Turismo:** princípios, práticas, e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

HALL, P. A. & TAYLOR, R. (1996), “Political science and three new institutionalisms”, 1996. (mimeo).

LEÃO JÚNIOR, Fernando Pontual de. Formação e estruturação de campos organizacionais: um modelo para análise do campo cultural. Campinas: **Anais do XXV ENANPAD**, 2001.

LIMA, Patrícia Carla Sitônio. Desenvolvimento Local e Turismo no Pólo de Porto de Galinhas – PE. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, Brasília.

MATHEUS, Zilda Maria . Gestão e Avalaição de Programas Estudo de Caso Program Nacional de Municipalização do Turismo PNMT. Tese de Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOIA, Angye Cássia; VIEIRA JÚNIOR, Astor; KUSHANO, Elisabete Sayuri. Avaliação do Plano Nacional de Turismo: Gestão do Governo Lula, entre os anos de 2003 a 2007. **Revista de Cultura e Turismo**. Santa Cruz - Bahia, v. 01, n.01, p. 24 – p. 38, Outubro 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional**: Uma perspectiva Global. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SCOTT, W. Richard. *Institutions and Organizations*. London: Sage, 1995.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; PAIXÃO, Dario Luiz Dias; COBOS, Valdir José. Políticas públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. **Ciência e Opinião**. Curitiba, v. 03, n, 01, p. 120 – p. 135, Junho 2006.

SOLHA, Karina Toledo. *Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil*. São Paulo. 2004. Tese de Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.